

CUBA: RELAÇÕES DE TRABALHO, SUBDESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA

Resumo

Cuba enfrenta, desde o final da década de 1980, uma profunda crise econômica motivada pela ruptura das condições externas de que dispunha dentro do bloco socialista. Embora o país tenha preservado seu sistema econômico, foram adotadas certas medidas que, talvez, indiquem uma perigosa aproximação às estruturas econômicas típicas do capitalismo. Dentre estas, ganham destaque as que dizem respeito à forma de uso do trabalho humano, uma vez que sua eventual conversão em mercadoria passível de exploração seria indicativa de mudança estrutural. O entendimento acerca da natureza das relações de trabalho em Cuba, bem como em relação às mudanças que foram introduzidas para enfrentar a situação de estrangulamento externo, é fundamental para discernir o quanto este país, que ainda é obrigado a lutar contra o subdesenvolvimento, logra manter de seu sistema econômico planejado.

Palavras chave: Relações de trabalho; Exploração; Subdesenvolvimento.

Abstract

Since the end of the 1980's, Cuba has been facing a deep economic crisis due to the disruption of its external conditions within the socialist bloc. Although the country kept its economic system, certain measures have been adopted that may indicate a dangerous approximation to

MARCELO SOARES DE CARVALHO

Chefe do Departamento de
Economia da Escola Paulista de
Política, Economia e Negócios
(EPPEN) da Universidade Fede-
ral de São Paulo (Unifesp)

the typically capitalistic economic structures. Among these, those that are related to the form of use of the human work stand out, since its eventual conversion into a commodity that could be exploited, would be indicative of a structural change. Understanding the nature of labor relations in Cuba, as well as the changes that have been introduced to address the external breakdown, is fundamental to discern how this country, which is still forced to fight against underdevelopment, manages to maintain its planned economic system.

Keywords: labor relations; exploitation; underdevelopment.

1. Introdução¹

Cuba enfrenta, desde o final da década de 1980, uma profunda crise econômica motivada pela ruptura das condições externas de comércio e de ajuda financeira de que dispunha, até então, dentro do bloco socialista. Embora grande número de países que integravam este bloco tenha abandonado o projeto socialista, Cuba logrou manter seu sistema econômico, mas não sem adotar certas medidas que, talvez, indiquem uma perigosa aproximação às estruturas econômicas típicas do capitalismo. Dentre estas, ganham destaque as que dizem respeito àquela relação social basilar, concernente à forma de uso do trabalho humano; afinal, sua eventual conversão em mercadoria passível de exploração

seria um sinal evidente de mudança estrutural no sistema econômico cubano.

Com o propósito de analisar o quanto a economia nacional cubana tem efetivamente trilhado rumos que a aproximam desse desfecho, o presente texto foi organizado em três blocos, além desta breve introdução e da conclusão. No primeiro, procura-se discutir o quanto as relações de trabalho na Cuba da atualidade poderiam enquadrar-se em moldes identificados com a exploração do trabalho enquanto mercadoria. No segundo, são apresentadas as características do enfrentamento do chamado “Período Especial” (de estrangulamento externo), procurando identificar elementos que sinalizam a robustez do sistema ainda vigente na ilha, não obstante a presença concreta de ameaças à sua manutenção. Finalmente, o último bloco tem a finalidade de apresentar o subdesenvolvimento como desafio adicional ao sistema de planificação, bem como à geração de condições mais favoráveis ao uso do trabalho fora de relações mercantis.

2. Relações de trabalho em Cuba: mudar para explorar?

Quando Marx analisou o capital em seus componentes mais fundamentais, dois elementos mereceram particular destaque: o conceito de

¹ O autor agradece aos dois pareceristas anônimos por suas sugestões e comentários. E, por suposto, isenta-os de qualquer responsabilidade pelos eventuais equívocos remanescentes.

mercadoria e a forma de uso de *trabalho* humano. Dizer que a mercadoria é o elemento nuclear das relações dentro deste sistema de produção significa propor que a lógica da produção submete-se aos ditames da troca com o objetivo de acumulação, consubstanciada no equivalente geral das trocas; a obtenção do diferencial positivo que permite tal acumulação, dentro de um sistema de trocas que se equiparam em termos de valor, somente é possível graças à exploração do trabalho, a qual gera um valor maior que aquele correspondente ao de sua reprodução social. Para que o trabalho humano possa ser adquirido com esta finalidade, também ele deve assumir a forma de mercadoria, o que, por sua vez, pressupõe que a força de trabalho seja “livre” em dois sentidos distintos: livre de amarras (institucionais ou de outra natureza) que impeçam sua aquisição continuada, dentro do formato mercantil; e livre (desprovida) de alternativas que pudessem prover aos seres humanos outra forma de obtenção da subsistência que não aquela da alienação de seu tempo de trabalho. Uma vez instituída esta circunstância histórica, horas da vida dos homens e mulheres são vendidas em relação de assalariamento, relação estabelecida com o objetivo do lucro (por parte de quem compra trabalho) e da sobrevivência (por parte de quem vende trabalho). O *desemprego*, por sua vez, opera como o decisivo fator de coerção ao trabalho assalariado, seja

em termos de disciplinamento fabril, seja em termos das condições de remuneração.

Diferentes experiências nacionais no último século mostraram importantes restrições jurídico-institucionais ao alcance das relações de trabalho puramente mercantis: leis trabalhistas (tanto limitando a venda do trabalho de certos segmentos sociais, quanto estabelecendo padrões de contrato de trabalho) e direitos de proteção social (sobretudo em termos de previdência e assistência) passaram a retirar do mercado de trabalho alguns segmentos da população, de acordo com características / circunstâncias determinadas (infância, idade avançada, restrições físicas, doenças ocupacionais, entre outros). No entanto, dentro do capitalismo, a relação predominante seguiu sendo aquela de assalariamento, de modo que até mesmo o financiamento dos sistemas nacionais de proteção social depende de relações mercantis (e de transações nas quais há, sob alguma forma, exploração do trabalho), ao menos em última instância. Assim sendo, ainda que se ofereça algum grau de proteção ao trabalhador, o sistema segue operando em função do objetivo fundamental da geração de lucro, apropriado privadamente. O aparato institucional / legal prevê garantias à propriedade privada dos meios de produção, que é, portanto, a base deste sistema movido a exploração.

As breves observações acima importam quando se pretende identificar o seu oposto, vale dizer, relações de trabalho não capitalistas; ao analisar uma economia nacional que se propõe socialista, como no caso de Cuba, o entendimento acerca das formas sociais de uso do trabalho torna-se central para determinar em que medida logrou-se efetivamente superar o capital naquilo que seu sistema possui de mais basilar.

A carta magna vigente em Cuba estabelece o trabalho dos indivíduos como um imperativo de contribuição para com a coletividade e como um direito garantido de cidadania; desde a revolução, essa afirmação traduziu-se em um compromisso com o pleno emprego, sendo o próprio Estado cubano o principal provedor de postos de trabalho (ECHEVARRÍA LEÓN *et alii*, 2015). De outra parte, são também garantidas previdência e assistência social (para indivíduos com restrições em sua capacidade laboral), bem como se encontram demarcadas as condições de trabalho consideradas adequadas – o que se torna particularmente factível quando o Estado é o maior empregador e, portanto, a relação de trabalho predominante não se estabelece em função da obtenção de lucro. Na verdade, o foco central seria, dentro do modelo de política social de Cuba, a geração da igualdade, a qual somente se faria viável através da remoção das estruturas sociais que permitem uma apropriação excludente do bem-estar;

daí o caráter universal, unitário e planejado da política social (ESPINA PRIETO, 2008). O equacionamento da subsistência é outro ponto de particular interesse: parte do provimento de víveres aos domicílios é feita em espécie, quase sem contrapartida monetária; ademais, o acesso aos serviços de saúde e à educação (que, em economias capitalistas, costuma-se apontar como parte do “salário indireto”) também é direito universalmente garantido (TOVAR, 1999).

A partir dessa descrição, poder-se-ia dizer que o uso do trabalho na sociedade cubana afigura-se como predominantemente *não fundado na exploração*, tanto por conta dos elementos da subsistência garantidos por fora das relações de trabalho, como pela natureza do “contratante” e do propósito / uso do trabalho, voltado ao atendimento de necessidades do conjunto da sociedade. No entanto, importantes transformações têm se processado no seio da economia de Cuba, fundamentalmente a partir da deterioração das contas externas verificada ao final da década de 1980.

A dissolução do bloco de países organizados em torno da extinta União Soviética (URSS) fez com que se interrompesse um vital influxo de recursos externos, obtidos por Cuba nos termos da cooperação econômica interna ao bloco (Comecon); apenas entre 1989 e 1993, seu Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de

35%, ao passo que as importações – absolutamente vitais para uma economia insular e com limitadas dotações de recursos produtivos – exibiram um decréscimo de 75%² (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011a). As pressões sobre o nível de vida da população foram, previsivelmente, expressivas; os recursos à disposição do governo cubano, por seu turno, também se mostraram escasseados: o déficit fiscal atingiu a marca de 33% do PIB, o que é particularmente grave em uma economia nacional onde não há mercado

interno para a dívida pública – o aumento do meio circulante em meio à forte escassez de recursos materiais explica a pressão altista observada sobre o nível de preços. Ademais, os influxos de recursos externos quase que imediatamente se converteram em exigência de pagamentos de dívidas em moeda estrangeira, o que configurou uma situação de agudo estrangulamento externo. Esse foi o retrato do chamado “Período Especial”.

Tabela 1 - Cuba - Indicadores econômicos e sociais selecionados (1980-2010)³.

Ano	PNB per capita (PPPS)	Exportações e Importações (% PIB)	Expectativa de vida ao nascer	Anos de Escolaridade Esperados
1980	3528,6	-	73,8	12,1
1985	5175,7	-	74,5	11,9
1990	4872,5	71,1	74,6	12,3
1995	3274,1	29,3	75,4	11,3
2000	4020,2	31,1	76,7	12,2
2005	5094,9	39,4	77,9	14,6
2010	6630,9	39,8	79	16,2

Fonte: UNDP, Human Development Data (1980-2015).

2 Espina Prieto (2008) apresenta números ainda mais surpreendentes para a renda agregada do país: considerado o poder de compra efetivo, a queda acumulada do PIB durante todo o período especial teria atingido os 40%; a Tabela 1 indica uma expressiva queda do PIB per capita, da ordem de 36,7%, entre 1985 e 1995. A capacidade de importar, por sua vez, teria sofrido uma queda de 80% no acumulado do período especial; o coeficiente de abertura (medido pelo fluxo de importações e exportações como percentual do PIB, também na Tabela 1) mostra uma queda brutal para o ano de 1995, mesmo em relação a 1990, quando as circunstâncias indicam que uma trajetória de queda já estaria em curso.

3 O Produto Nacional Bruto (PIB decrescido da renda líquida enviada ao exterior) per capita é medido pela paridade do poder de compra, em dólares estadunidenses de 2011; a expectativa de vida ao nascer, assim como o indicador de escolaridade, é medida em anos. O indicador relativo às contas comerciais externas foi definido na nota anterior.

As experiências nacionais concretas (no Leste europeu, sobretudo), bastante visíveis naquele momento, sinalizavam grande probabilidade de colapso do sistema econômico então vigente na ilha (MORRIS, 2014); dentre os potenciais elementos disruptivos, o mais provável e imediato diria respeito à liberação do uso de moeda estrangeira no território nacional (na prática, um movimento em direção à dolarização) como forma de relaxar a restrição externa. Evidentemente, isso significaria também a ruptura do padrão até então adotado para o comércio internacional e para gestão das divisas, com o extensivo controle governamental e uso das reservas para o atendimento de necessidades em escala social. A saída adotada foi peculiar.

Foi criado um sistema monetário dual, no qual passava a circular, ao lado da antiga moeda nacional (peso cubano, ou CUP), um novo numerário de emissão local (o chamado “peso conversível”, ou CUC), cujo poder de compra seria equiparado ao dólar estadunidense; a ideia de base era autorizar formalmente o ingresso de moeda estrangeira (até então, uma prerrogativa exclusiva do Estado), mas sem abrir mão do controle estatal do uso das reservas cambiais nas trocas internacionais. Dessa forma, seria preservado o poder de compra aos portadores individuais de divisas, mas ele seria exercido apenas internamente; por suposto, isso também significou a criação de um foco de

heterogeneidade social. De outra parte, foram introduzidas gradualmente várias medidas de flexibilização das estruturas de propriedade, viabilizando a existência de pequenos negócios privados (especialmente no setor de serviços de alimentação, turismo e transporte), cooperativas (agrícolas ou não) e a presença do capital externo. Como se poderia supor, a existência desse novo leque de atividades teve seu rebatimento em termos ocupacionais.

Houve uma série de modificações na estrutura legal de regulação do uso do trabalho em Cuba⁴, essencialmente para acomodar a necessidade de formalização das ocupações fora do setor estatal

4 Uma relação detalhada pode ser obtida na base da Organização Internacional do Trabalho (OIT): http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.countrySubjects?p_lang=es&p_country=CUB ECHEVARRÍA LEÓN et alii (2015) apontam que há, na verdade, uma profusão de mecanismos legais que foram introduzidos para modificar a regulação do uso do trabalho, eventualmente de modo desordenado. Ainda assim, as mais importantes modificações introduzidas correspondem ao novo Código do Trabalho (Lei No. 116), que passou a vigorar em 2014, e a resolução sobre a política salarial (Resolução 17/2014).

Tabela 2 – Indicadores Seleccionados – Trabalhadores (as) em Cuba⁵.

Item/Ano	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de ocupados	4359,4	4505,1	4558,2	4607,0	4641,7	4722,5	4754,6	4867,7	4948,2	5072,4	4984,5	5010,2	4902,2
- Cooperativistas	324,9	318,5	316,9	292,7	280,1	271,3	257,0	242,1	233,8	231,6	217,0	208,7	212,0
%	7,5	7,1	7,0	6,4	6,0	5,7	5,4	5,0	4,7	4,6	4,4	4,2	4,3
- Setor Privado	-	584,8	593,8	649,1	667,6	665,6	609,0	589,5	602,1	591,3	589,4	928,5	1005,3
%	-	13,0	13,0	14,1	14,4	14,1	12,8	12,1	12,2	11,7	11,8	18,5	20,5
Conta Própria (Privado)	156,6	152,3	152,9	151,0	166,7	169,4	152,6	138,4	141,6	143,8	147,4	391,5	404,6
%	3,6	3,4	3,4	3,3	3,6	3,6	3,2	2,8	2,9	2,8	3,0	7,8	8,3
Taxa de Atividade (%)	70,2	70,7	70,9	70,9	71,0	72,1	72,1	73,7	74,7	75,4	74,9	76,1	74,2
Taxa de Desemprego (%)	6,3	4,1	3,3	2,3	1,9	1,9	1,9	1,8	1,6	1,7	2,5	3,2	3,5

Fontes: ONEI, Series Estadísticas; ONEI (2016).

– o qual, aliás, tem promovido importante redução de pessoal em seus quadros. Essa linha de ação tem levantado importantes questões quanto à natureza das mudanças em curso na economia cubana, em particular no tocante às formas de uso do trabalho, que, dentro dos novos marcos legais, poderiam se assemelhar cada vez mais a um efetivo mercado de trabalho – talvez até permissivo em certos aspectos, como no caso da duração das jornadas e no curioso instrumento legal dos “contratos verbais”, para prazos inferiores a 90 dias de trabalho, no setor não estatal (ECHEVARRÍA LEÓN *et alii*, 2015). Ainda que os dados oficiais tenham dificuldade para captar certos fenômenos, parece haver indícios substanciais acerca do aumento da participação das atividades informais⁶, tanto no provimento de bens e serviços ao mercado interno quanto na absorção de mão de obra (MORRIS, 2014); esse aspecto foi certamente reforçado pela introdução dos novos aparatos legais – neste caso, especialmente pela nova

5 De acordo com as definições / terminologias empregada(s) pela Oficina Nacional de Estatística e Informação (ONEI), a absorção de mão de obra no setor não estatal englobaria tanto organizações empresariais *privadas* (que incluem o setor destacado na tabela, o dos trabalhadores por conta própria) quanto aquelas *cooperativadas*. Nesta tabela, portanto, estas duas últimas categorias são apresentadas em classificações separadas; o percentual restante dos ocupados é absorvido em entidades ligadas ao Estado cubano. No que se refere às taxas de atividade e de desemprego, considera-se como parte da população em idade ativa os homens entre 17 e 63 anos e as mulheres entre 17 e 58 anos; são classificadas como desempregadas as pessoas que, em idade ativa, não trabalharam no período de referência da *Encuesta Nacional de Ocupación* (ENO), seja por não ter vínculo laboral estável ou por tê-lo perdido (neste caso, tendo tomado providências para obter outro), seja por buscá-lo pela primeira vez (caso típico dos jovens). A taxa de atividade é obtida na relação entre a soma de ocupados e desempregados (i.e., a população economicamente ativa) e o total de pessoas em idade ativa; a taxa de desemprego é obtida na relação entre o total de desempregados e a população economicamente ativa. Cabe apontar ainda que os trabalhadores que se encontram em situações de afastamento de seu posto de trabalho e com acesso a benefícios pecuniários são incluídos na categoria de “desempregados” (ONEI, 2016).

6 Convém registrar que, na vigência da organização mercantil das relações, há o permanente estímulo à evasão fiscal e de encargos trabalhistas; evidentemente, além de constituir um elemento que frequentemente escapa ao controle das autoridades (fiscal e trabalhista), trata-se, potencialmente, de uma importante brecha na estrutura de proteção ao trabalho, uma vez que é diminuído o fluxo de fundos sob gestão pública e, por outro lado, é reduzida a cobertura da proteção legal ao trabalho (em termos de regulação das formas de contratação, da seguridade e da assistência).

resolução sobre a política salarial, que sancionou os maiores diferenciais de renda e removeu as restrições formais à obtenção de mais de uma fonte de rendimento do trabalho.

A maior flexibilidade oferecida aos preços⁷(que eram objeto de controles amplos) contribuiu para reduzir o poder de compra dos salários, particularmente na evolução comparada do poder de compra dos segmentos da população que logram apropriar-se da moeda conversível vis-à-vis os demais; neste caso, estimativas indicam que a perda de poder de compra efetivo seria da ordem de 75%⁸ entre 1989 e 2008 (ALEJANDRO, 2008). Esse último aspecto, somado ao fato de que foi reduzida a cesta de bens de consumo de acesso universal (*libreta de abastecimiento*), implicou o aumento do volume de renda domiciliar usado na aquisição de produtos básicos. O relativo recuo no escopo da ação estatal fez-se perceber tanto pelo visível aumento no volume de ocupações no setor privado (Tabela 2) quanto pelo aumento no número de ocupações exercidas pelos indivíduos, premidos pela piora de seu poder de compra. Adicionalmente, boa parte da absorção de mão de obra em atividades cooperativadas parece ter perdido terreno (em termos absolutos e relativos) para o componente *cuentapropista*, aparentemente o mais dinâmico dentre as ocupações do setor privado; neste aspecto, chama atenção a mudança de peso entre as formas mais identificadas às (opostas) dimensões coletiva e individual

de produção e remuneração. São justamente aspectos como esses que têm suscitado discussões acerca do quanto haveria de restauro de estruturas capitalistas dentro da sociedade cubana (KATZ, 2016).

Não parecem restar dúvidas quanto ao potencial desagregador da introdução de mecanismos de mercado em uma economia planificada, particularmente por conta do fato de que Cuba possui estreita margem de manobra quanto ao estrangulamento externo; logo, é razoável propor que não pode abrir mão da mobilização de recursos e do aumento de produtividade do trabalho que aqueles mecanismos podem prover – e o mesmo poderia ser dito com respeito à presença do capital estrangeiro e às remessas advindas do exterior. Vale dizer, o país não pode prescindir da presença dos elementos de mercado, que, em princípio, podem pôr a perder as conquistas sociais obtidas após a revolução. No entanto, alguns aspectos devem ser levados em conta quando da elaboração de previsões catastrofistas; afinal, o regime obteve

7 São também conhecidas as limitações na disponibilidade de dados sobre comportamento dos preços; adicionalmente, as estatísticas oficiais não contemplam remunerações que não aquelas em moeda nacional (isto é, em espécie ou em pesos conversíveis).

8 A imensa perda de poder aquisitivo afetou sobretudo o setor estatal, agravando o problema de baixa produtividade que aí se encontrava; de fato, uma das formas encontradas pelo governo cubano para garantir o seu anterior compromisso com o pleno emprego havia sido a absorção de mão de obra para além das necessidades objetivas de certos setores, donde sua baixa produtividade.

sucesso em superar os momentos mais agudos da escassez de recursos, justamente quando era mais razoável supor seu esgotamento (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011a).

3. Resiliência e resistência

Com efeito, ainda que vendo sua participação reduzida enquanto empregador, o Estado cubano ainda é responsável por pouco mais de 70% dos vínculos empregatícios identificados (Tabela 2); ainda que se possa argumentar quanto à presença crescente de atividades não declaradas / informais, bem como quanto ao aumento do número de ocupações por indivíduo, parece claro que os postos de trabalho no setor público ainda são suficientemente importantes em volume para guiar as formas de uso social do trabalho. Adicionalmente, cumpre lembrar que boa parte da produção cooperativada (agrícola) tem como comprador o próprio Estado, que é também o provedor de crédito e seguros, além de oferecer condições mínimas (preço e volume) de aquisição do fruto do trabalho dos cooperados; se somada a absorção de mão de obra cooperativista, observa-se que cerca de 75% dos postos de trabalho declarados são providos fora da lógica do assalariamento ou do *cuentapropismo*.

Por outro lado, devem ser consideradas informações relativas à coerção econômica, que, no capitalismo, perpassa as relações de trabalho: as taxas de desemprego mantiveram-se consideravelmente baixas, especialmente por volta

dos anos nos quais o restante do planeta mais sofria com os efeitos da crise de 2008; portanto, a ameaça de perda do posto de trabalho não parece ter tido efeito comparável ao que tem dentro da ordem tipicamente capitalista⁹. Ao mesmo tempo, a taxa de atividade (calculada como a relação entre a soma de ocupados e desempregados e o total de pessoas em idade ativa) flutuou dentro de uma margem bastante estreita, não levando a crer que o desemprego tenha se mantido baixo por “ilusão estatística” relativa à inatividade – ainda que, novamente, a disponibilidade de informações relativas às atividades não declaradas aqui pudesse se revelar importante para mais bem caracterizar em que termos foi efetivamente absorvida a mão de obra. Some-se a isso o fato de que Cuba logrou manter intocado o acesso universal aos serviços de educação e saúde, bem como os demais instrumentos de proteção social, mesmo durante os anos de maior penúria¹⁰ (MORRIS, 2014; ESPINA PRIETO, 2008); alguns indicadores sociais (vide Tabelas 1 e 3 a 5) atestam que, a despeito da brutal queda de renda agregada e da capacidade de importar, o sistema de

⁹ Alejandro (2008) salienta que o governo cubano cuidou de impedir que uma série de empresas públicas e empreendimentos outros não fechasse suas portas durante o Período Especial, impedindo a ocorrência de um desemprego em massa; por outro lado, isso significou uma carga adicional sobre os desembolsos públicos e levou à monetização da dívida em escala ainda maior.

¹⁰ Espina Prieto (2008) indica que, mesmo durante os tempos mais duros da crise econômica (década de 1990), a proporção entre gasto público social e PIB permaneceu acima dos 20%, cifra alcançada por bem poucos países da América Latina.

Tabela 3 - Evolução comparada de alguns indicadores sociais - Cuba e América Latina.

Quinquênios	Esperança de vida ao nascer (anos de vida)		Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)		Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (por 1000 nascidos vivos)	
	Cuba	Am. Latina	Cuba	Am. Latina	Cuba	Am. Latina
1980-1985	74,3	65,3	17,6	60,5	21,5	74,5
1985-1990	74,7	67,1	13,0	48,6	16,9	61,3
1990-1995	74,8	68,8	9,9	39,0	14,0	50,0
1995-2000	76,2	70,8	8,0	32,0	10,4	40,5
2000-2005	77,2	72,5	6,1	25,6	7,7	32,5
2005-2010	78,7	73,7	5,7	22,4	7,1	28,1
2010-2015	79,2	74,8	5,5	19,8	6,9	24,4
2015-2020	79,6	75,9	5,3	17,7	6,0	21,3

Fonte: CEPAL (2016).

Tabela 4 - Taxas de desemprego aberto em zonas urbanas¹¹, em anos selecionados. Cuba e América Latina.

País / Região	1990	1994	1997	1999	2002	2005	2008	2010
Cuba	5,4	6,5	7,1	6,3	2,3	2,0	1,6	-
América Latina (média ponderada)	5,6	7,2	8,4	10,6	10,4	9,4	7,5	8,3

Fonte: CEPAL (2016).

Tabela 5 – Crescimento anual (%) do PIB per capita. Cuba e América Latina.

Período	PIB per capita	
	Cuba	Am. Latina
1990-1999	-2,7	1,3
2000	5,6	3,5
2001	2,9	-1,2
2002	1,1	-0,4
2003	3,5	0,9
2004	5,5	5,5
2005	11,0	4,0
2006	11,9	5,5
2007	7,2	5,0
2008	4,1	1,8
2009	1,4	-4,3
2010	2,3	6,3
2011	2,7	4,8
2012	2,8	1,3
2013	2,6	1,5
2014	0,9	-1,1

Fonte: CEPAL (2016).

¹¹ Para o caso de Cuba, entre 1990-1999, a taxa de desemprego aberto apresentada é aquela total (rural e urbano); para 2002-2008, as taxas referem-se apenas ao desemprego urbano, tendo como base os dados da Encuesta Nacional de Ocupación

proteção social do país seguiu sendo extremamente relevante – especialmente em comparação com o que se pode observar nos demais países da América Latina. Logo, é seguro dizer que a subsistência dos trabalhadores jamais esteve, sob o sistema econômico vigente em Cuba, submetida (ao menos não predominantemente) ao imperativo da venda de trabalho

Quanto às pressões advindas do flanco externo, cumpre lembrar que, malgrado a pleora de problemas trazidos pelo sistema monetário dual, este ainda permite ao governo central arbitrar majoritariamente o uso das reservas cambiais, impedindo que elas sejam drenadas na aquisição de bens de consumo para segmentos restritos da população; ao mesmo tempo, cuida-se para que as relações de trabalho mantidas com o capital externo sejam intermediadas pelo Estado, em analogia ao que se convencionou fazer na exportação dos serviços de saúde. Logo, novamente torna-se ausente a relação típica do assalariamento e, concomitantemente, busca-se manter uma referência uniforme quanto ao padrão de uso do trabalho.

Ainda que se possa propor que o padrão de remuneração médio que se desenha a partir das ocupações providas (ou intermediadas) pelo Estado seja baixo, convém aqui registrar duas considerações: em primeiro lugar, comparações internacionais em termos nominais são sabidamente inadequadas; justamente por isso foi

desenvolvido o conceito da “paridade do poder de compra”, que procura estimar o efetivo poder aquisitivo de distintas moedas nacionais a partir da mensuração dos valores de um mesmo conjunto de bens e serviços em diferentes espaços nacionais. Embora as dificuldades para esse cálculo sejam muito grandes (especialmente para a escolha do conjunto “universal” de bens e serviços a terem seu valor medido), este é um exercício indispensável para determinar o poder de compra efetivo dos salários de um país qualquer; evidentemente, Cuba não é exceção¹². De outra parte, o provimento, a partir do Estado, de bens (*libreta*) e serviços (de proteção social) também deveria ser levado em conta quando da definição do padrão de vida que se pode garantir aos trabalhadores. Em segundo lugar, é preciso ter em mente o fato de que Cuba, embora tenha acumulado importantes recursos físicos e humanos desde a revolução, luta ainda contra o subdesenvolvimento; dessa forma, não seria razoável propor um vigoroso incremento das remunerações do trabalho sem que haja um correspondente aumento da capacidade produtiva (e da renda agregada) do país, o que transcende as políticas voltadas apenas à regulação do trabalho¹³. Não é por outro motivo que

12 Cabe dizer, no entanto, que ali, as dificuldades de cálculo são ainda maiores, tanto por conta da já referida disponibilidade limitada de dados relativos aos índices de preços quanto pela presença de duas moedas nacionais oficiais.

13 Ainda assim, vale a pena ressaltar o fato de que os dados relativos ao uso do trabalho em Cuba são expressivamente mais favoráveis que aqueles de outros países subdesenvolvidos, capitalistas – vide dados das Tabelas 3 a 5.

se discute hoje, no país, um novo modelo de desenvolvimento econômico, sem abrir mão do sistema econômico vigente (RABELO, 2012).

4. Subdesenvolvimento, planificação e modelo econômico

Ainda nos primeiros meses após o triunfo da revolução, Michal Kalecki, então trabalhando junto a uma agência da Organização das Nações Unidas, elaborou o esboço de um plano econômico para Cuba (KALECKI, 1960); nesse texto, já se encontrava presente a constatação de que a economia nacional cubana padecia de importantes debilidades estruturais, com destaque para setores industriais de maior valor agregado, como transportes e energia, além do abastecimento de alimentos. Kalecki apontava que estes seriam traços bastante característicos de muitas outras economias subdesenvolvidas; no caso cubano, porém, a *planificação* traria consigo o importante benefício da erradicação do desemprego e do subemprego¹⁴, mobilizando recursos que, por conta de entraves colocados pela ordem capitalista (instabilidade do nível de demanda efetiva, concentração de renda e da propriedade, atrelamento a interesses econômicos forâneos, entre outros), permaneciam ociosos até então. Por esse motivo, o autor apostava na possibilidade de um crescimento acelerado para a economia do país, desde que se lograsse enfrentar os gargalos da produção interna e, por

outro lado, fosse gerada suficiente capacidade de importar, em termos líquidos; daí as suas recomendações quanto à promoção das atividades de exportação já presentes (principalmente nos setores do açúcar, do tabaco e da mineração) e à substituição de importações. Evidentemente, tratava-se de um plano de desenvolvimento econômico puxado pelos investimentos (estatais) em diversos setores, especialmente na indústria. Embora aquela proposta não tenha sido formalmente implantada pelo governo cubano à época, ela seria posteriormente incorporada (ao menos enquanto subsídio) ao “*Plan Cuatrienal de Desarrollo, 1962-1965*”.

O uso pleno das disponibilidades de recursos produtivos, ainda que preferível à ociosidade dos mesmos (especialmente em meio à carência material de grande parte da população), coloca um problema concreto ao planejamento central, a saber, o quanto privilegiar o crescimento em longo prazo (através do investimento) em detrimento do consumo no presente (KALECKI, 1970). Mesmo sabendo que, no contexto de uma economia planificada, o padrão de consumo é nivelado em função das necessidades básicas da população – e, portanto, sacrifica-se o consumo de bens de luxo, que oneram as contas externas

14 O termo é aqui entendido como descritivo de inserções ocupacionais ligadas essencialmente à subsistência, com baixa produtividade do trabalho; seria um expediente de fuga ao desemprego, frequentemente envolvendo irregularidade das jornadas de trabalho e da remuneração, a qual tende a ser muito baixa – daí que eventualmente se classifique essa situação ocupacional como “desemprego oculto pelo trabalho precário”.

de países subdesenvolvidos na ordem capitalista –, caso a questão seja inadequadamente tratada, tensões tendem a surgir sob as formas de desequilíbrio externo e / ou aumentos nos preços internos, ambos retratando deficiências internas (ou seja, capacidade produtiva instalada insuficiente) para o atendimento às necessidades da população.

Por conta das circunstâncias históricas / geopolíticas em que se processou (aí incluindo o bloqueio econômico prontamente erguido pelos Estados Unidos), a experiência cubana de construção socialista foi eventualmente levada a incorporar muitos dos elementos do modelo de planificação soviético; formas não estatais variadas de organização da produção existentes durante a década de 1960 – envolvendo o pequeno comércio, unidades agroindustriais, indústrias artesanais, produtores individuais do campo, entre outros – foram extintas ou fortemente reduzidas em prol de uma extensiva planificação econômica centralizada¹⁵. Com efeito, o modelo econômico cubano formatado entre o final da década de 1960 e a década seguinte suprimiu organismos de mercado em um nível ímpar, mesmo na comparação com outras economias socialistas: em 1989, o Estado cubano respondia pela propriedade de 92% das estruturas de produção agrícola, número que se aproximava dos 100% no caso dos setores da indústria e da

construção, bem como no comércio varejista, atacadista e externo, além do setor bancário e de transportes; nesse sentido, socialismo e propriedade estritamente estatal pareciam ser o mesmo ideal (DÍAZ VÁZQUEZ, 2013).

Tal configuração mostrou-se funcional em relação aos objetivos de geração da igualdade e efetiva proteção social; além dos indicadores sociais já expostos, Cuba teria logrado alcançar um Índice de Gini de cerca de 0,25, antes do advento do Período Especial (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2014, p. 294). O referido compromisso com o pleno emprego tomou a forma da massiva absorção de mão de obra em entidades estatais (vide Tabela 6, a seguir), eventualmente para muito além das efetivas necessidades de pessoal.

O formato institucional adotado dentro das entidades estatais foi, porém, incapaz de gerar mecanismos endógenos de estímulo à inovação e aos aumentos de produtividade do trabalho; excessivo centralismo e burocracia foram traços marcantes do modelo econômico de então (RABELO, 2012). No entanto, a baixa produtividade da economia cubana não se traduzia

¹⁵ Cabe anotar, porém, que também foi objeto de planificação a promoção do acesso universal aos serviços de saúde, educação e seguridade social.

Tabela 6 - Distribuição (%) dos postos de trabalho em Cuba - 1981-2000¹⁶

Setor/Item	1981	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Entidades Estatais	91,8	80,8	81,1	80,5	79,5	78,0	77,5
Setor Não Estatal	8,2	19,2	18,9	19,5	20,5	22,0	22,5
- Empresas Mistas	-	0,4	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7
- Cooperativas	1,1	9,7	9,6	9,1	8,8	8,5	8,4
- Setor Privado Nacional	7,1	9,1	8,7	9,8	11,1	12,9	13,4
Conta Própria	1,6	3,8	3,3	3,5	3,0	4,1	4,0

Fonte: ONE (2001).

em pressões inflacionárias ou de balanço de pagamentos, pois, malgrado o bloqueio levantado pelos Estados Unidos, Cuba tornou-se receptora líquida de recursos externos subsidiados – tanto em suas relações comerciais quanto financeiras com os países do Comecon (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011b); acordos comerciais firmados com a URSS garantiam mercado cativo às exportações cubanas de (principalmente) níquel e açúcar, tanto em termos de volume quanto de preços (particularmente elevados na década de 1970) – ao mesmo tempo em que se fornecia à ilha petróleo e maquinário em condições favoráveis de importação. Ainda assim, acumulou-se importante déficit comercial externo (Tabela 7), o qual era coberto via créditos obtidos junto à mesma URSS¹⁷.

Tal como indicado no primeiro bloco deste texto, o desfazimento das condições comerciais e creditícias encontradas por Cuba junto ao Comecon (na prática, junto à URSS) rapidamente comprometeu o fechamento das contas externas do país; a tentativa do governo de,

16 É importante notar que estes dados do *Anuario Estadístico de Cuba, 2000* (ONE, 2001), que tratam da absorção de mão de obra nos diferentes setores da economia cubana, não são inteiramente compatíveis com aqueles apresentados em outras fontes consultadas (ONEI – Tabela 2); não há correspondência direta no número total de ocupados, ainda que não fique clara, nas anotações metodológicas disponíveis nos diferentes *Anuarios*, qual teria sido a mudança de critérios de mensuração. Um outro aspecto diz respeito ao tratamento oferecido às chamadas empresas mistas (definidas como aquelas referentes a associações entre capital estrangeiro e nacional), as quais aparecem claramente identificadas em certos documentos (ONE, 2001) e sem maiores indicações de como teriam sido incorporadas (ONEI, 2016), já que podem eventualmente incluir parcerias entre o capital externo (privado) e o Estado cubano; isso é de particular interesse para os dados relativos à absorção de mão de obra por conta do fato de que o regime de contratação de trabalhadores por empresas estrangeiras envolve a participação do governo como intermediador.

17 Entre 1959-89, as trocas comerciais entre Cuba e URSS representaram 63% do comércio exterior da ilha; no mesmo período, acumulou-se um saldo comercial negativo de 16 bilhões de pesos, o que se fez acompanhar de créditos subsidiados oferecidos por Moscou; entre 1960-89, as exportações cubanas ao parceiro em questão cresceram a uma média anual de 12,6%, ao passo que as importações cresceram 15,7%. Portanto, mesmo que se leve em conta o fato de que os termos de intercâmbio eram mais favoráveis que aqueles que Cuba encontraria no mercado internacional (fora do Comecon), havia uma trajetória dificilmente sustentável de déficit comercial; esse fato tornou-se evidente no período imediatamente posterior (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011b).

Tabela 7 - Balança Comercial Externa
(de mercadorias, em milhões de pesos).

Cuba - Anos Selecionados.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1955	594,2	575,1	19,1
1960	608,3	579,9	28,4
1965	690,6	866,2	-175,6
1970	1.049,5	1.311,0	-261,5
1975	2.952,2	3.113,1	-160,9
1980	3.966,7	4.627,0	-660,3
1985	5.991,5	8.035,0	-2.043,5
1989	5.399,9	8.139,8	-2.739,9
1990	5.414,9	7.416,5	-2.001,6
1991	2.979,5	4.233,8	-1.254,3
1992	1.779,4	2.314,9	-535,5
1993	1.156,7	2.008,2	-851,5
1994	1.330,8	2.016,8	-686,0
1995	1.491,6	2.882,5	-1.390,9
1996	1.865,5	3.569,0	-1.703,5
1997	1.819,1	3.987,3	-2.168,2
1998	1.512,2	4.181,2	-2.669,0
1999	1.495,8	4.349,1	-2.853,3
2000	1.675,9	4.829,0	-3.153,1

Fonte: ONE (2001).

no âmbito interno, manter à máxima medida possível o padrão de vida da população (sobretudo no tocante a saúde, educação e seguridade social) teve, como desfecho, forte aceleração inflacionária. Neste contexto, as debilidades estruturais típicas do subdesenvolvimento fizeram-se explícitas, uma vez que as estruturas produtivas da ilha pouco foram alteradas entre 1959-89, no que tange à geração da capacidade de importar¹⁸.

Muito embora o governo cubano tenha obtido relativo sucesso¹⁹ no duro (e criativo²⁰) enfrentamento dos momentos mais agudos da crise que então se instalou, o reconhecimento quanto

à necessidade de modificações na estrutura produtiva do país tornou-se inadiável. Embora o debate interno a esse respeito e a busca por soluções já tenham se iniciado ainda durante o Período Especial (KATZ, 2016), esse reconhecimento é formalizado com as resoluções do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, que teve por foco as prementes questões econômicas. Dentre os diversos aspectos contemplados pelos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* (PCC, 2011), dois são de particular interesse: (i) a indicação clara da necessidade de *atualizar o modelo econômico* vigente em função dos objetivos de aumentar a produtividade, o nível de vida material da população e a *sustentabilidade* da economia nacional, inclusive do ponto de vista de sua autonomia frente às pressões externas; (ii) o claro propósito de *manter a planificação* como a via principal de direção da economia nacional, mesmo que aí sejam incorporados, de modo socialmente controlado, mecanismos não

18 Uma importante exceção a essa afirmação diria respeito ao que posteriormente se constituiria como importante fonte de divisas para a economia cubana, já durante o Período Especial: a exportação de serviços de saúde; de fato, foi efetivamente durante o período 1959-89 que se construíram as condições para que o país obtivesse esse desempenho.

19 Conforme observado no segundo bloco deste texto, logrou-se preservar a estrutura de educação, saúde e seguridade, mesmo em face do nível de renda deprimido e do estrangulamento externo; não obstante esse fato, a queda no padrão de vida da população foi expressiva.

20 Especialmente no tocante ao padrão monetário do país, pelo qual se conseguiu evitar a rota da dolarização (ao menos, completamente) e manter o controle social sobre o uso das escassas divisas, sobretudo após a introdução de novos instrumentos de regulação no uso de divisas, por parte do Banco Central do país, já na década dos anos 2000.

estatais de produção (PCC, 2011, pp. 10-11 e 14). Em suma, tratar-se-ia de uma alteração do *modelo*, sem mudar o *sistema* econômico, tal como já sugerido; um elemento central para atestar essa proposição pode ser observado na explícita preocupação de impedir que haja concentração da propriedade²¹, seja em relação a pessoas físicas ou a empresas – mesmo que se reconheçam funções socialmente desejáveis nos resultados a serem obtidos com (as novas formas jurídicas de) entidades produtivas não estatais²². Esta preocupação é fundamentada pelo entendimento de que:

El sistema económico (en rigor, socioeconómico) se define a partir de la forma de propiedad sobre los medios de producción fundamentales, la que determina cuál es la función objetivo del sistema en cuestión, el carácter y modo que adoptan la producción, la distribución, el intercambio y el consumo de los resultados de la producción social, así como los intereses socioclasistas que comandan la economía y la ideología que prevalece. [...] *La propiedad socialista es heterogénea. Sin enajenarla, caben diversas formas de su existencia, así como de su gestión* [...] (RABELO, 2012, p. 36; *itálicos adicionados*).

O desafio consistiria, portanto, em incorporar, de modo apenas *instrumental*, elementos de mercado à estrutura predominante da planificação (de modo a assegurar sua sustentabilidade, ao reduzir a escassez material), sem permitir que esta seja deslocada de seu papel estruturante na produção e na distribuição²³; trata-se,

certamente, de um desafio a ser enfrentado por um período de tempo indeterminado, dado que os *Lineamientos* indicam que o gradualismo da adoção das novas medidas seria uma forma de evitar que se perca o controle sobre o processo, à medida que são introduzidos / reconhecidos, formalmente, novos instrumentos legais e formas de organização da produção. Isso significaria, por um lado, usar da experiência objetiva de outras economias nacionais (que sejam ou tenham sido) planificadas²⁴, sem a necessidade de repetir receituários de qualquer natureza

21 Esta é uma preocupação claramente motivada pelo recente aumento na desigualdade dentro do país: embora este não seja um indicador da concentração da propriedade, o Índice de Gini (medida da desigualdade de renda) de Cuba teria atingido o nível de 0,40 – uma elevação importante em se tratando de Cuba socialista, mas ainda assim inferior ao que se observa na maioria dos países da América Latina (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2014, p. 294; IBRD, DataBank - World Development Indicators).

22 “[...] as modalidades de investimento estrangeiro previstas na lei (empresas de capital misto, contratos de associação econômica internacional, entre outras), as cooperativas, os pequenos agricultores, os usufrutuários, os arrendatários, os trabalhadores por conta própria e outras formas que em conjunto pudessem contribuir à elevação da eficiência”. (PCC, 2011: 10. Tradução para o português disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/1160711p.html>).

23 “El mercado, por naturaleza, no es una conquista privativa de la burguesía ni el legado especial de su sociedad. A la vez, la planificación no es inherente al socialismo en exclusiva, sus raíces están en el capitalismo industrial. [...] El mercado, sin el adecuado control, conduce a una desmedida diferenciación social, obtención de ingresos no provenientes del trabajo y prácticas corruptoras. Integrar orgánicamente los mecanismos mercantiles en la economía, en un contexto socialista, hace necesario definir qué producciones y servicios deben ser regulados por el mercado y qué prestaciones quedan a cargo del Estado” (DÍAZ VÁZQUEZ, 2013, p. 63).

24 Katz sustenta opinião de mesmo teor, lembrando, por exemplo, a adoção da NEP, na URSS: “Esse [...] critério permite entender sua relativa aplicação em vários momentos da URSS, China e do Leste europeu; avaliar esta instrumentação não implica recorrer a nenhuma simplificação economicista” (KATZ, 2016, p. 358).

particular (DÍAZ VÁZQUEZ, 2013); por outro, desenvolver aparatos que se prestem a resguardar as conquistas sociais do povo cubano, ainda que em meio à nova realidade – daí, por exemplo, a ideia de se *somar ao universalismo* das políticas sociais de Cuba novos mecanismos de ação focalizada em segmentos sociais que se identifiquem como efetiva ou potencialmente mais vulneráveis (ESPINA PRIETO, 2008).

A sustentabilidade material do sistema dependeria, portanto, de novo modelo econômico, ainda em processo de edificação; seu propósito fundamental seria garantir à população cubana a satisfação de suas necessidades, deixando para trás as agruras do Período Especial. Para isso, a remoção da restrição externa e da ameaça inflacionária seria indispensável; avançar nesse sentido significaria, por sua vez, internalizar bases de expansão dos investimentos produtivos e da inovação que permitam transformar as condições de vida e dos trabalhadores, além de assegurar que o planejamento, definido em função de metas sociais²⁵, seja cumprido tanto nas unidades de produção geridas pelo governo quanto pelo setor não estatal (RABELO, 2012, p. 33).

Conforme visto em item anterior, restam, porém, dúvidas a respeito do quanto a regulação do trabalho, nos moldes que se desenham recentemente, poderia se enquadrar dentro daquele propósito de base. Isso é especialmente

verdadeiro quando se tem em mente que são justamente os numerosos trabalhadores do setor estatal²⁶ que seguem sendo remunerados em moeda nacional, com importantes perdas (absolutas e relativas, com respeito àqueles que percebem seus rendimentos em pesos convertíveis) em seu poder aquisitivo; de outra parte, há o risco bastante concreto de perda da capacidade de regulação das condições de trabalho e remuneração no setor não estatal. A este respeito, três considerações devem ser feitas.

A primeira delas se refere ao caráter (em princípio) não definitivo das mudanças em curso na economia cubana. Conforme ponderou Rodríguez García (2011a), a adoção de mecanismos de mercado dentro de uma economia socialista significa justapor elementos francamente *antagônicos*; logo, aquilo que foi adotado somente como recurso emergencial não deveria

25 Evidentemente, combinar a expansão dos investimentos com a melhora das condições materiais de vida da população implica na calibragem entre consumo presente e criação de capacidade produtiva para o futuro, tal como indicado por Kalecki (1970).

26 Com destaque para os serviços públicos e universais de educação e saúde, justamente aqueles que cuidam de prover o bem-estar social que se reflete nos seus reconhecidamente elevados padrões de desenvolvimento humano; são justamente os assalariados em moeda nacional que trabalham na prestação desses serviços sociais que atendem ao conjunto da população. Daí a preocupação com suas condições de remuneração, especialmente em face do risco de perda de quadros para atividades mais bem remuneradas no setor não estatal.

jamais ocupar espaço central – nem definitivo. O sistema monetário dual seria um exemplo disso; embora introduzido ainda em 1993, como expediente para enfrentar a escassez de divisas, e siga, desde então, em operação ininterrupta, sua reversão constitui um dos objetivos atuais de política econômica: tratar de promover a *reunificação monetária* na ilha. Porém, para que isso seja possível sem provocar uma intensa e desordenada desvalorização cambial (com prováveis desdobramentos inflacionários), seria preciso aumentar a capacidade de importar – o que, por sua vez, pressupõe aumentos de produtividade internos que tendem a ser paulatinos (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011^a, pp. 39-40).

A segunda consideração a apresentar é derivada da anterior: a melhora das condições de remuneração do trabalho em moeda nacional depende também do relaxamento da restrição externa e da reunificação monetária; afinal, a depender do formato com que seja adotada, esta reunificação poderia significar uma redistribuição do poder de compra em prol dos que são remunerados em pesos cubanos²⁷.

Por fim, cumpre anotar que somente se pode garantir a permanência da ordem planejada frente ao mercado quando aquela logra mostrar-se superior ao último; a afirmação era verdadeira quando da construção da economia socialista, no último século (KATZ, 2016, p. 350), e ainda o é agora, perante a necessidade de atualização do modelo econômico:

La estrategia de desarrollo económico y social representa una visión de mediano y largo plazo con respecto al modo de realizar el objetivo de la elevación gradual y continuada del grado de satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del pueblo cubano, dentro de los marcos de lo posible, en la presente etapa del proceso de transición socialista. [...] Realizar tal propósito constituye la demostración palpable de la superioridad del sistema socialista y tendrá que traducirse en ritmos superiores del crecimiento económico per cápita, la productividad del trabajo y el salario real, como resultado del desarrollo de la economía nacional, sus respectivas ramas y territorios (RABELO, 2012, p. 41; itálicos adicionados).

Kalecki (1965) afirma que a superação do sub-desenvolvimento envolveria a criação de capacidade produtiva em ritmo consideravelmente acelerado; para isso, haveria que mobilizar sistematicamente recursos disponíveis no âmbito de seu pleno emprego, gerando oferta de alimentos e outros componentes de provimento básico aos trabalhadores (tributando pesadamente o consumo de luxo dos ricos) e garantindo a direção dos investimentos em um plano de longo prazo. Para esse fim, seria incontornável introduzir, no contexto das nações da periferia do capitalismo, uma série de instrumentos de *planificação econômica* – os quais seriam, porém, objeto de objeções políticas por parte dos interesses

²⁷ Já em 2011, foi feita uma desvalorização de 8% do peso conversível com respeito ao dólar estadunidense, exatamente no sentido aqui proposto (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2014, p. 299).

estabelecidos (isto é, de classes), especialmente no que tange à propriedade fundiária²⁸. Cuba tem, portanto, um sistema econômico que, em princípio, favoreceria o objetivo em questão; contra si, tem a pressão de todo o sistema capitalista, externamente – e a concreta ameaça de que os instrumentos de mercado adotados (necessários, ao menos nas atuais circunstâncias) deixem de ser funcionais à planificação, internamente.

Considerando o quanto Cuba já provou ser ao mesmo tempo criativa e persistente na defesa de sua soberania nacional e de suas conquistas sociais, é de se esperar que novos caminhos sejam encontrados ou, por outra, desenvolvidos.

5. Conclusão

A experiência nacional da Cuba pós-1959 mostrou serem possíveis a edificação e a manutenção de condições de expressivo desenvolvimento humano, mesmo após o desfazimento das condições de apoio externo de que era beneficiária. Mesmo tendo que ainda lutar contra as mazelas do subdesenvolvimento, a ilha recusou-se entregar a saúde e a educação de seu povo à mercantilização.

No sistema econômico edificado na ilha, o trabalho adquiriu um status muito distinto daquele que lhe confere a ordem tipicamente mercantil; no entanto, as mudanças introduzidas no contexto do Período Especial, por indispensáveis que tenham sido quando de sua

adoção, parecem colocar em risco tanto a proteção social – universal e efetiva – de que dispõe a população da ilha, quanto as formas de uso socialmente regulado do trabalho.

A extensão e a direção das transformações por que passará a economia cubana são difíceis de prever, até mesmo por conta de sua já demonstrada capacidade de resistência e criatividade em meio aos cenários mais severos desafios. Seu sucesso em defender sua soberania e seu sistema econômico dependerá da combinação mais simbiótica possível de planificação e desenvolvimento, mas também do apoio popular a este projeto de construção original, já em curso. Sem dúvida, as questões econômicas seguem indissociavelmente ligadas àquelas de natureza política.

28 “[...] powerful obstacles to the development of agriculture are the feudal or semi-feudal relations in land tenure as well as the domination of the poor peasants by merchants and moneylenders. Thus a radical acceleration of the development of agriculture is impossible if substantial institutional changes are not introduced. [...] the overcoming of all the obstacles to economic development [...] amounts to more than the upheaval created in the eighteenth century by the French Revolution” (KALECKI, 1965, pp 18-19).

Bibliografía

- ALEJANDRO, P. V. “Los salarios, los precios y la dualidad monetaria.”, *Espacio Laical*, No. 14, pp. 22-26, Abr.-Jun., 2008.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, 2015. Santiago: Naciones Unidas, 2016.
- DÍAZ VÁZQUEZ, J. A. “Actualizar el modelo económico en Cuba: ¿patrón chino o vietnamita?”, *Economía y Desarrollo*, 149 (1), pp. 54-65, 2013.
- ECHEVARRÍA LEÓN, D. et alii. “Política de empleo en Cuba 2008-2014: desafíos a la equidad en Artemisa.”, *Revista del CESLA*, No. 18, pp. 271-294, 2015.
- ESPINA PRIETO, M. P. “Política social en Cuba. Equidad y movilidad.”, *DRCLAS Working Papers on Latin America*, No. 07/08-3, 2008.
- KALECKI, M. (1960). “Hypothetical Outline of the Five Year Plan 1961-1965 for the Cuban Economy. FAO, mimeo.” In: *Collected Works of Michal Kalecki*. Volume V. Developing Economies. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 129-168.
- _____. (1965). “The Difference Between Crucial Economic Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies. Address at the Reunion of Latin American Schools of Economics, June 1965.” In: *Collected Works of Michal Kalecki*. Volume V. Developing Economies. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 13-19.
- _____. (1970). “Theories of Growth in Different Social Systems.”, *Scientia*, 105, May-June 1970, 01-06. In: *Collected Works of Michal Kalecki*. Volume IV. Socialism: Economic Growth and Efficiency of Investment. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 111-117.
- KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.
- MORRIS, E. “Unexpected Cuba.”, *New Left Review*, 88, July-August, pp. 05-45, 2014.
- OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICAS – ONE. *Anuario Estadístico de Cuba, 2000*. Ciudad de la Habana: ONE, 2001.
- OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN – ONEI. Series *Estadísticas, 1985-2011*. Disponible em: <http://www.onei.cu/series2011.htm>. Acesso em: 02/03/2017.
- _____. *Anuario Estadístico de Cuba, 2015*. Ciudad de la Habana: ONEI, 2016.
- PARTIDO COMUNISTA DE CUBA – PCC. *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*. VI Congreso del Partido Comunista de Cuba. Ciudad de la Habana, 18 de abril, 2011. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/esp/1160711i.pdf>. Acesso em: 02/03/2017.
- RABELO, M. G. “Transición socialista y modelo de desarrollo económico en Cuba.”, *Economía y Desarrollo*, 148 (2), pp. 28-47, 2012.
- RODRÍGUEZ GARCÍA, J. L. “A economía cubana: experiências e perspectivas (1989-2010).” *Estudos Avançados*, 25 (72), pp. 29-44, 2011.
- _____. “Cuba, su economía y la Unión Soviética.”, *Revista TEMAS*, nº 68, Octubre-Diciembre, pp. 114-121, 2011.
- _____. “Las transformaciones recientes de la economía cubana.” In: ÁLVAREZ, J. E. (org.). *América Latina en medio de la crisis mundial: trayectorias nacionales y tendencias mundiales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- TOVAR, C. M. *Autocracia o democracia en Cuba*. Ciudad de la Habana: Editorial Cultura Popular, 1999.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM - UNDP. *Human Development Data (1980-2015)*. Disponible em: <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso em: 02/03/2017.
- WORLD BANK – IBRD. *DataBank - World Development Indicators*. Disponible em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SI.POV.GINI&country=#>. Acesso em: 02/03/2017.